



204
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 333176-6

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dayana Navarro Nóbrega

Agravado: Jaime Luiz de França e outros

Advogado: Marta Maria Barreto Vieira Guimarães

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO REJEITADA. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO EXTENSIVO AOS PROVENTOS DOS AGRAVADOS. BENEFÍCIO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. RESERVA DE PLENÁRIO NÃO VIOLADA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

1. Afastada a prefacial de prescrição do próprio fundo de direito por se cuidar de relação jurídica de trato sucessivo, onde o prazo prescricional é renovado mês a mês, razão pela qual, a teor das Súmulas nº. 85 do STJ e 443 do STF, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

2. Mérito. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

3. O conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas, nada obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04.

4. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade dos proventos dos agravados.



245
JP

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

5. Por fim, no que concerne à alegação de malferimento à cláusula da Reserva de Plenário, entendo não assistir razão ao estado agravante, porquanto a matéria discutida já se encontra pacificada no plano local, de forma que o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente para, por si só, implicar do deferimento do pedido em favor dos agravados, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995, da relatoria do Min. Luiz Fux, julgado em 15/06/2012.

6. Recurso de Agravo improvido. Decisão por maioria de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 333176-6, em sessão realizada no dia 18 de 06 de 2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto, e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.
Recife, 18 de 06 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



246
no

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 333176-6

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dayana Navarro Nóbrega

Agravado: Jaime Luiz de França e outros

Advogado: Marta Maria Barreto Vieira Guimarães

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão monocrática que, com supedâneo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao recurso de Apelação Cível, reformando a sentença de piso para julgar totalmente procedentes os pedidos iniciais, ao tempo em que acolheu a preliminar de litispendência suscitada pelo Estado de Pernambuco, extinguindo o processo sem resolução do mérito em relação a Amaro Reis da Silva, nos termos do art. 267, V, do CPC.

Em suas razões recursais, de fls. 220/235, a parte agravante argui preliminar de prescrição do fundo de direito, e, no mérito, alega que a verba em foco estaria condicionada a aspectos individuais e circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa, razão pela qual não poderia ser estendida aos pensionistas e inativos.

Acrescentam, ainda, que o art. 14, II, da Lei Complementar nº 59/04 veda expressamente a incorporação da referida gratificação aos proventos ou pensões dos militares que fazem jus à sua percepção, não podendo ter sua incidência afastada por decisão de órgão fracionário do TJPE, sob pena de afronta à cláusula de Reserva de Plenário.

Requer, ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento deste Colegiado.

É o relatório.

Recife, 18 de 09 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



247

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 333176-6

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dayana Navarro Nóbrega

Agravado: Jaime Luiz de França e outros

Advogado: Marta Maria Barreto Vieira Guimarães

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Não merece guarida a arguição de ocorrência da prescrição do próprio fundo de direito, uma vez que, no caso em apreço, se trata de relação jurídica de trato sucessivo, onde o prazo prescricional é renovado mês a mês, razão pela qual, a teor das Súmulas nº 85 do STJ e 443 do STF, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

Este entendimento, inclusive, encontra-se pacificado do STJ, sendo oportuno trazer à baila o teor dos arestos abaixo ementados:

Servidor público estadual (conversão dos vencimentos em URV). Parcelas vencidas (prescrição quinquenal). Relação jurídica de trato sucessivo (caso). Súmula 85 (aplicação). Demonstração de prejuízo (ocorrência). Súmula 7 (incidência). Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 949504 / MG, Rel. Min. Nilson Naves, T6, DJ 10/06/2008).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE 11,98%. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO-OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATORIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Terceira Seção desta Corte assentou entendimento no sentido de que, nas ações em que os servidores públicos pleiteiam diferenças salariais decorrentes da conversão do Cruzeiro Real em URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda. Inteligência da Súmula 85/STJ. 2.



248
db

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Infirmar os fundamentos do acórdão recorrido no sentido de que os critérios utilizados pela Lei Estadual 11.510/94 para conversão dos vencimentos dos servidores em URV causou prejuízo aos agravados, conforme perícia técnica realizada, demandaria reexame de matéria fática, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 942835 / MG, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, T5, DJ 28/02/2008).

Assim sendo, afasto a prefacial de prescrição suscitada.
É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



249
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 333176-6

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dayana Navarro Nóbrega

Agravado: Jaime Luiz de França e outros

Advogado: Marta Maria Barreto Vieira Guimarães

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE MÉRITO

Os argumentos levantados pelo recorrente não convencem sobre o alegado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

A controvérsia dos autos diz respeito à percepção, pelos agravados, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, implementada pela LCE nº 59/04.

Observo, de início, que o tema aqui tratado é por demais conhecido por esta Corte de Justiça, sendo pacífico o entendimento de que o benefício em questão não pode ser incluído no rol daqueles que possuem caráter *propter laborem*.

Como cediço, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

Em outras palavras, o conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas, nada obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04.



250
JP

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade dos proventos do agravado.

Por fim, no que concerne à alegação de malferimento à cláusula da Reserva de Plenário, entendo não assistir razão ao estado agravante, porquanto a matéria discutida já se encontra pacificada no plano local, de forma que o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente para, por si só, implicar do deferimento do pedido em favor dos agravados, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995, da relatoria do Min. Luiz Fux, julgado em 15/06/2012.

Em sendo assim, voto pelo improvimento do presente Recurso de Agravado, mantendo-se incólume a decisão hostilizada por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 18 de 06 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 333176-6

VOTO

A pretensão deduzida na ação ordinária de origem é a implantação da mencionada Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos proventos de aposentadoria da parte ali autora, aqui agravado, sob fundamento de se tratar de gratificação geral.

Em que pese ter me inclinado anteriormente neste sentido requerido, de que a citada gratificação teria caráter geral, inclusive levando em conta precedentes deste Sodalício, melhor analisando a matéria de fundo, passei a me posicionar de forma distinta.

É que o serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar do Estado, abrangendo as ações de Segurança Pública preventiva e repressiva, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e as demais modalidades previstas no art. 24 da Lei nº 11.328/96, nos moldes da LCE nº 59/04.

A gratificação em referência foi criada pelo art. 8º da LCE nº 59/04 para ser concedida exclusivamente aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar e que, cumulativamente, desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma legislação e que estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específica, cumprindo escala permanente de Policiamento Ostensivo, e se apenas estes fazem jus à referida gratificação, aparenta-se que sua natureza é *propter laborem*, sendo certo, ainda, que as gratificações de natureza *propter laborem* não são incorporáveis para fins de aposentadoria ou pensionamento, porquanto sua concessão está condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições excepcionais do serviço, como na hipótese dos autos.

Nessa linha se assenta a jurisprudência do STJ, conforme aresto adiante ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. POLICIAL MILITAR. CABO DA ATIVA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. EXTENSÃO DE VANTAGEM. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INOCORRÊNCIA. VANTAGEM PROPTER LABOREM. AUSÊNCIA DE LINEARIDADE E GENERALIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA A COMPLEMENTAÇÃO DO JULGADO. I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou

obscuridade. Havendo um dos requisitos - omissão - o recurso integrativo deve ser acolhido. II - Consoante jurisprudência dominante nesta Corte, inviável a extensão a outros servidores públicos ou militares, da Gratificação de Encargos Especiais concedida aos Coronéis por ato administrativo, ante a inexistência de previsão legal. III - Aplica-se à espécie, o entendimento consolidado na Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual não cabe ao Judiciário aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento da isonomia. IV - Não há que se falar em ofensa ao art. 37, X da Constituição Federal ante a impossibilidade de extensão de vantagem *propter laborem* concedida aos servidores em exercício em razão de suas atribuições específicas. V - Embargos acolhidos apenas para, reconhecendo a ocorrência de omissão, complementar o aresto embargado, sem alteração da conclusão do julgado (EDcl no AgRg no RMS 21023, T5, rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 07/11/2006).

Por outro lado, analisando atentamente a LCE nº 59/04, faço ver que em seu art. 7º e parágrafo único, as vantagens remuneratórias decorrentes das gratificações de Representação de Função, de Moradia, de Exercício, de Nível Hierárquico, de Capacidade Profissional e de Incentivo foram extintas e incorporadas ao soldo dos Militares do Estado com os seus respectivos valores nominais, estendendo-se também, e apenas estas, aos proventos de inatividade e às pensões, diferentemente do ocorrido com a Gratificação de Policiamento Ostensivo, devida apenas aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar, conforme já demonstrado.

Ademais, ao ser instituída a mencionada gratificação através da legislação de regência, foi elaborado cronograma financeiro para os pagamentos devidos apenas para aqueles que fazem jus ao benefício na ativa, de modo que estender seu pagamento a aposentados e pensionistas implicaria em aumento de vantagem sem fonte de custeio, a implicar em vulneração ao princípio do orçamento.

Em outras palavras, o Estado institui uma política pública, visando incrementar a guarda ostensiva nas ruas dos nossos municípios, hoje tão carente de efetividade, cria uma fonte de custeio própria e o Judiciário, agindo como legislador positivo, estende essa gratificação a todos, inclusive aposentados e pensionistas, para mim, com todo o respeito, desvirtuando todo o sentido da norma de regência, em detrimento de um resultado prático social de muito mais efetividade.

De se registrar, por fim, que em se tratando de verba cuja natureza é alimentícia, patente o perigo de irreversibilidade do provimento, ante sua irrepetibilidade na hipótese de improcedência meritória do pedido.

Já em sentido contrário, caso o pedido seja julgado procedente, a qualquer tempo a gratificação poderá ser incorporada aos proventos de aposentação do interessado, como também o pagamento dos atrasados devidos, com os acréscimos legais.

Pelo exposto, voto pelo provimento do presente recurso.
É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto



255
0

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 18/06/2014
AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 333176-6 – RECIFE
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADOS: JAIME LUIZ DE FRANÇA E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

RELATÓRIO: FL. 246 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR: FLS. 247/250 DOS AUTOS.

VOTO DIVERGENTE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR
RICARDO PAES BARRETO: FLS. 251/252 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

Neste, como é Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, a decisão é por maioria.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FRANCISCO
BANDEIRA DE MELLO VOTOU DE ACORDO COM O EXCELENTÍSSIMO
SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR, PELO IMPROVIMENTO DO
RECURSO. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RICARDO
DE OLIVEIRA PAES BARRETO (PRESIDENTE) VOTOU PELO
PROVIMENTO DO AGRAVO.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, IMPROVEU-SE O RECURSO DE AGRAVO".
